

RECURSO ESPECIAL Nº 1.835.868 - ES (2019/0261788-3)

RECORRENTE : WILLER ALVES TAVARES
RECORRENTE : MARINA GIUBERTI
ADVOGADOS : RODRIGO ANTÔNIO GIACOMELLI - ES012669
MARCOS GIACOMELLI CARDOSO - ES015556
RECORRIDO : UNIÃO

DECISÃO

WILLER ALVES TAVARES e MARINA GIUBERTI ajuizaram ação ordinária contra a UNIÃO, objetivando tutela jurisdicional no sentido de anular a inscrição de imóvel como sendo de terreno de marinha, com a consequente declaração de inexistência de relação jurídica entre as partes, tornando sem efeito os débitos oriundos de tal qualificação e a restituição dos valores já pagos.

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região deu provimento ao recurso de apelação da União, reformando a decisão monocrática de procedência da ação (fls. 361-383), nos termos da seguinte ementa (fls. 470-472):

APELAÇÃO CÍVEL. TERRENO DE MARINHA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL PARA QUESTIONAR O PROCEDIMENTO DE MARCATÓRIO. EMENDA CONSTITUCIONAL 46 NÃO ALTEROU A TITULARIDADE. APELAÇÃO E REMESSA NECESSÁRIA PROVIDAS.

1. Trata-se de remessa necessária e apelação interposta pela União em razão de sentença de parcial procedência proferida pelo juízo da 5ª Vara Cível do Espírito Santo.

2. Cinge-se a controvérsia em saber se há prescrição para o questionamento do procedimento demarcatório de terrenos de marinha pela Secretaria de Patrimônio da União e se a Emenda Constitucional 46 de 2005 alterou a titularidade dos bens situados em municípios.

3. No caso, os apelados sustentam, em síntese, que devem ser privilegiados os registros cartorários do imóvel em tela e que tais documentos não mencionam a União na cadeia dominial; que o bem foi adquirido originariamente do Estado do Espírito Santo; que os procedimentos de demarcação e inscrição realizados pela Ré não se mostraram regulares, pois violaram o contraditório e a ampla defesa; que, em caso semelhante, o servidor da SPU se manifestou no sentido de que o procedimento demarcatório da Linha Preamar Médio - LPM do Bairro Bento Ferreira ainda não está concluído; que o bem não está situado em área de marinha e se encontra a mais de 590 metros da preamar da região; que a alteração promovida no Texto Constitucional pela EC nº 46/2005 excluiu do patrimônio da União a Ilha de Vitória; que a própria SPU afirma que o terreno está localizado em “interior de Ilha Costeira de Vitória”; que os imóveis situados fora da chamada “faixa de segurança” (art. 49 do ADCT) não devem mais ser considerados como áreas de marinha; e que a União não atua de maneira isonômica na cobrança das taxas de marinha.

Superior Tribunal de Justiça

4. Já a União rebate as teses autorais com base na ilegitimidade passiva, na prescrição do direito de questionar a demarcação, na inoponibilidade do registro à propriedade derivada da Constituição e, ainda, aduz que a emenda constitucional 46 de 2005 não alterou a propriedade federal.

5. Os adquirentes, ora apelados, informam que desde as tratativas foram cientificados pelo anterior titular do domínio útil que a SPU havia incluído o bem para fins de cobrança de foro e laudêmio. O promitente vendedor cientificou-se desde 2008 sobre a atuação da SPU, mas não questionou o procedimento administrativo de maneira que a possibilidade de o fazer não se renovou pela aquisição dos apelados em 2014.

7. É certo que este prazo prescricional/decadencial não se renova a cada transferência de titularidade, sendo que os 5 anos são contados uma única vez, com termo inicial retroagindo à data em que quaisquer dos seus anteriores foreiros/ocupantes passaram a ter conhecimento do vínculo do bem com a União. Reconhecida a impossibilidade de questionamento quanto ao procedimento da SPU, passo à análise das cobranças após a Emenda Constitucional 46 de 2005.

8. No ponto, o direito brasileiro classifica os bens públicos pelo critério do domínio consoante o artigo 98 do Código Civil e, ainda, à luz da afetação da coisa. Nesse passo, os terrenos de marinha e seus acrescidos são áreas de propriedade federal conforme o inciso VII do artigo 20 da Constituição Federal de 1988.

9. De tal modo, a propriedade advém do domínio constitucional e a alteração promovida pelo constituinte reformador pela EC 46 de 2005 não extinguiu o regime jurídico dos terrenos de marinha, bens federais, situados em ilhas costeiras, ainda que sejam sede de municípios.

10. Deveras, o escólio doutrinário orienta a leitura harmoniosa dos incisos IV e VII do artigo 20 da Lei Fundamental com a compreensão de que as áreas federais a título de terrenos de marinha destinam-se à proteção nacional, à segurança do país, com nítido serviço público por todo o litoral. Nesse caminhar, por ordem hermenêutica, imprescindível a leitura lógica e sistemática do regime jurídico das áreas em discussão. Isso porque os bens federais correlatos aos terrenos de marinha sujeitam-se ao aforamento ou à taxa de ocupação em toda beira-mar brasileira, não há distinção quanto aos locais situados em ilhas costeiras. Ou seja, dentro da regra geral do inciso VII, continuam como de titularidade da União, não há se falar em “isenção” constitucional pela EC 46/2005.

11. De mais a mais, a disposição topográfica dos incisos não permite uma leitura excludente, mas harmoniosa em interpretação ordenada da ordem jurídica. Nesse cenário, as ilhas costeiras sede de municípios, tal qual Vitória-ES, convivem coerentemente com os terrenos de marinha, bens federais, sujeitos ao regime jurídico do Decreto-Lei 9.760/1976, Decreto-Lei 2.398/1987 e Lei 9.636/1988.

12. Outrossim, o artigo 49 do Ato das Disposição Constitucionais Transitórias – ADCT não ocasiona o efeito de exclusão dos terrenos de marinha em ilhas costeiras municipais caso não constantes em faixa de segurança.

13. No ponto, com arrimo na excelência doutrinária, o inciso VII do artigo 20 da Constituição Federal assenta a afetação dos terrenos de marinha à segurança nacional em amplo sentido. Por conseguinte, a correta leitura dos institutos perpassa tal interpretação a se concluir por inafastável serviço público federal em todo o litoral.

14. Ainda, em igual sentido, calha mencionar o entendimento

Superior Tribunal de Justiça

exarado em 2017 pelo Supremo Tribunal Federal no RE 636.199 / ES em sede de repercussão geral. Logo, ao contrário do que considerou o juízo de primeiro grau, a Emenda Constitucional 46 de 2005 não afetou a propriedade federal.

15. Remessa necessária e apelação da União providas.

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados (fls. 487-492).

Willer Alves Tavares e Marina Giuberti interpuseram recurso especial, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, no qual apontam violação dos arts. 926 e 1.022, II, do CPC de 2015, porquanto, em síntese, quedou-se silente o Tribunal *a quo* da análise da tese de que o lapso prescricional somente se inicia com a ciência do ocupante/proprietário da realização da demarcação do imóvel, e que somente após a devida finalização do procedimento é que se poderia realizar as cobranças de taxas de ocupação, questão esta suscitada nos aclaratórios.

Aponta violação do art. 11 do Decreto n. 9.760/1946 e do art. 2º da Lei n. 9.636/1998, visto que, em suma, as cobranças das taxas de ocupação somente são possíveis após a devida realização do procedimento demarcatório da LPM de 1831, com a notificação pessoal dos interessados, bem assim, deve a Administração proceder a devida averbação do procedimento à margem da matrícula do imóvel, como forma de conferir a total publicidade do patrimônio da União.

Ofertadas contrarrazões às fls. 515-523.

É o relatório. Decido.

No que concerne à alegação de violação dos arts. 926 e 1.022, II, do CPC/2015, sem razão os recorrentes a esse respeito, tendo o Tribunal *a quo* decidido a matéria de forma fundamentada, analisando todas as questões que entendeu necessárias para a solução da lide, não obstante tenha decidido contrariamente à pretensão das partes.

Nesse panorama, a oposição dos embargos declaratórios caracterizou, tão somente, a irrisignação da embargante diante de decisão contrária a seus interesses, o que não viabiliza o referido recurso.

Tem-se, ainda, que o julgador não está obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos invocados pelas partes quando, por outros meios que lhes sirvam de convicção, tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio. As proposições poderão ou não ser explicitamente dissecadas pelo magistrado, que só estará obrigado a examinar a contenda nos limites da demanda, fundamentando o seu proceder de acordo com o seu livre convencimento, baseado nos aspectos pertinentes à hipótese *sub judice* e com a

legislação que entender aplicável ao caso concreto.

Descaracterizada a alegada omissão, se tem de rigor o afastamento da suposta violação do art. 1.022 do CPC/2015, conforme pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. HIPÓTESE EM QUE A FAZENDA PÚBLICA FOI CONDENADA EM HONORÁRIOS DE ADVOGADO, FIXADOS, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, SEM DEIXAR DELINEADAS CONCRETAMENTE, NO ACÓRDÃO RECORRIDO, AS CIRCUNSTÂNCIAS A QUE SE REFEREM AS ALÍNEAS DO § 3º DO ART. 20 DO CPC/73. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL, EM FACE DA INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7/STJ E 389/STF. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

III. Não há falar, na hipótese, em violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

[...]

IX. Agravo interno improvido (AgInt no AREsp 1046644/MS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/09/2017, DJe 11/09/2017).

ADMINISTRATIVO. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE. DESAPROPRIAÇÃO DIRETA. ALEGAÇÃO DE APOSSAMENTO ADMINISTRATIVO. PRETENSÃO INDENIZATÓRIA DE DANOS MORAIS. DIREITO DE CULTO AOS MORTOS. VIOLAÇÃO A DIREITO DA PERSONALIDADE. DESNECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA. AUTONOMIA DA PESSOA JURÍDICA. DISTINÇÃO DA PESSOA DOS SÓCIOS. INTRANSMISSIBILIDADE DO DIREITO. CARÊNCIA DE LEGITIMIDADE PARA A CAUSA.

1. O mero julgamento da causa em sentido contrário aos interesses e à pretensão de uma das partes não caracteriza a ausência de prestação jurisdicional tampouco viola o art. 1.022 do CPC/2015. Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

2. A regra que veda o comportamento contraditório ("venire contra factum proprio") aplica-se a todos os sujeitos processuais, inclusive os imparciais. Não é aceitável o indeferimento de instrução probatória e sucessivamente a rejeição da pretensão por falta de prova.

3. A pessoa jurídica não tem legitimidade para demandar a pretensão de reparação por danos morais decorrentes de aventada ofensa ao direito de

Superior Tribunal de Justiça

culto aos antepassados e de respeito ao sentimento religioso em favor dos seus sócios.

4. Trata-se de direito da personalidade e, portanto, intransmissível, daí por que incabível a dedução em nome próprio de pretensão reparatória de danos morais alheios.

5. Recurso especial não provido (REsp 1649296/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/09/2017, DJe 14/09/2017).

No que concerne à alegada do art. 11 do Decreto n. 9.760/46 e do art. 2º da Lei n. 9.636/98, o Tribunal *a quo*, na fundamentação do *decisum*, assim firmou entendimento (fls. 467-468):

[...]

De fato, a súmula de jurisprudência decorre do entendimento da Primeira Seção do STJ, sedimentado no julgamento do REsp 1.183.546/ES, submetido à sistemática dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC/73), de que "os registros de propriedade particular de imóveis situados em terrenos de marinha e acrescidos não são oponíveis à União".

Assim, a propriedade não se vincula à demarcação e posterior registro da União no Cartório, pois já era do ente político em razão de disposição constitucional pretérita e atual.

[...]

Assim, eventual ausência da União na cadeia dominial do imóvel em certidões não afasta sua propriedade, tampouco a alterou a Emenda Constitucional 46 de 2005.

Noutro sentido, o questionamento de que o bem não se situa em terreno de marinha ou acrescido encontra obstáculo na afirmação do Superintendente do Patrimônio da União de que o imóvel em discussão está fora da poligonal denominada "The Leopoldina Railway Company Ltda", fls. 300/302.

Ademais, conforme informações da União às fls. 131/132, o imóvel objeto da ação localiza-se no bairro Bento Ferreira, incluindo-se na conceituação de terreno acrescido de marinha por ocasião da aprovação da Linha Preamar Médio de 1831, aprovada em 1959.

De todo modo, não cabe à Administração, cujos atos gozam de presunção de legitimidade, imperatividade e excoforiedade, provar que a área está situada em terreno de marinha, mas, sim, ao particular provar que o mesmo não se situa em tal área, o que não há nos autos.

[...]

Do reexame do acórdão recorrido, notadamente os excertos acima colacionados, em confronto com as razões do recurso especial, revela que os fundamentos apresentados naquele julgado, de que o imóvel objeto da ação está incluído na conceituação de terreno de marinha desde a aprovação do procedimento de LPM/1831 em 1959, bem assim, de que a referida propriedade não se vincula à demarcação e posterior registro da União no Cartório competente, visto que já pertencia ao ente político em razão de disposição constitucional pretérita e atual, utilizados de forma suficiente para manter a decisão proferida no Tribunal *a quo*, não foram rebatidos no apelo nobre, o que

Superior Tribunal de Justiça

atrai o óbice das Súmulas n. 283 e 284, ambas do STF, *in verbis*:

Súmula n. 283. É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.

Súmula n. 284. É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

Ademais, mesmo que superados os óbices sumulares 283/STF e 284/STF, para refutar as conclusões a que chegou o Tribunal *a quo*, da existência de procedimento de LPM/1831 válida e de que o imóvel já pertencia à União em razão de disposição constitucional pretérita e atual, seria necessário reexaminar o acervo fático-probatório já analisado, bem assim, cotejar e interpretar dispositivo constitucional, procedimentos impossíveis pela via do recurso especial, ante o óbice da Súmula n. 7/STJ e sob pena de usurpação da competência conferida à Suprema Corte.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RI/STJ, conheço parcialmente do recurso especial e, nesta parte, nego-lhe provimento, implicando, ainda, na majoração da verba honorária para 12% (doze por cento) do valor atualizado da causa, consoante disposição legal contida no art. 85, § 11, do CPC de 2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator